

O Desmonte Sistêmico do Rioprevidência: Os ataques aos aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro.

Por Paulo Lindesay – Diretor da ASSIBGE-SN/
Coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida Núcleo RJ.

Assunto: O Desmonte Sistêmico do Rioprevidência: Da Operação Delaware à CPI e ao Escândalo do Banco Master — O Custo Humano e Financeiro para o Funcionalismo

Data: setembro de 2026

1. Introdução: O Rioprevidência como Moeda de Troca

A história recente do sistema previdenciário do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) narra um desmantelamento planejado. O Rioprevidência (**Fundo Único de Previdência Social**), criado juridicamente para assegurar a sustentabilidade da aposentadoria dos servidores públicos, foi constantemente convertido em um balcão de negócios para as manobras financeiras de governos sucessivos.

Ao analisar o período que vai da **Operação Delaware (2014)**, comandada pelo ex-governador Sérgio Cabral do PMDB (PMB)/RJ até o atual cenário de 2026, do ex-governador Cláudio Castro do PL/RJ, evidencia-se um padrão alarmante: a subordinação dos direitos sociais e alimentares de centenas de milhares de aposentados, pensionistas e servidores ativos aos interesses da especulação de mercado e às medidas de ajuste fiscal do governo federal.

2. A Linha do Tempo dos Rombos: De Delaware à CPI e ao Escândalo do Banco Master

A deterioração do patrimônio previdenciário fluminense não é resultado de fatalidades econômicas, mas de decisões políticas intencionais que relaxaram os mecanismos de controle de risco em busca de rentabilidades ilusórias ou de assistência imediata ao caixa do Executivo.

- **A Operação Delaware (2014):** Executada durante os mandatos de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, a operação envolveu a securitização e antecipação de receitas futuras de **royalties e participações especiais do petróleo no exterior**. O efeito negativo acumulado e o desequilíbrio estrutural causados nos cofres públicos **chegaram a R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões**, privando o Rioprevidência de sua principal fonte regular de financiamento de longo prazo.
- **A CPI do Rioprevidência:** As apurações realizadas no âmbito legislativo evidenciaram a gravidade das gestões irresponsáveis, revelando a fragilidade dos conselhos de administração e a apropriação da governança do fundo por interesses que não atendem ao funcionalismo. Infelizmente sem nenhuma punição, apesar dos indícios de ilegalidade apresentado no relatório final da CPI do RioPrevidência que foi arquivado.
- **O Efeito Sistêmico de Fraudes Corporativas (Ex: Lojas Americanas):** Apesar de o Rioprevidência não ter feito investimentos diretos nas Lojas Americanas, a exposição sistêmica de fundos de investimento terceirizados a papéis corporativos de alta opacidade mostrou o risco de expor reservas públicas à instabilidade do mercado financeiro privado.
- **O Rombo Bilionário do Banco Master (2025–2026):** O golpe mais recente e chocante aconteceu com a concentração de investimentos significativos — **estimados entre R\$**

2,6 bilhões e R\$ 3,7 bilhões — em fundos estruturados e letras financeiras de alto risco emitidos pelo conglomerado do Banco Master. Com a queda da instituição, o Rioprevidência e os institutos municipais se depararam com uma grave crise de liquidez, o que demandou manobras jurídicas e recuperações parciais tardias para impedir a insolvência completa da folha. Investimentos de risco realizado pelo ex-governador, Cláudio Castro do PL do Rio de Janeiro, sem anuência da área técnica e jurídica do governo estadual.

3. Os Ataques Diretos aos Aposentados, Pensionistas e Servidores Ativos

Enquanto bilhões desapareciam em operações especulativas, a conta da crise foi implacavelmente transferida para os servidores públicos:

- **Confisco Previdenciário (Reforma da Previdência):** Em decorrência da contrarreforma federal (**EC 103/2019**) e sua harmonização no âmbito estadual, aposentados e pensionistas começaram a ser afetados por alíquotas previdenciárias, mesmo em relação a proventos abaixo do teto do INSS. Essa bitributação poderá resultar em uma redução significativa do poder de compra daqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público.
- **Congelamento e Arrocho:** O congelamento salarial prolongado, imposto pelas restrições do extinto **Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**, desvalorizou as tabelas de remuneração da ativa, causando um efeito em cadeia que afeta diretamente os futuros proventos da inatividade.
- **A Precarização dos Vínculos (SEEDUC e Outras Pastas):** A substituição constante de concursos públicos por contratos temporários em grande escala enfraquece a **estabilidade institucional e alivia o Rioprevidência do ponto de vista atuarial** (uma vez que os temporários migram para o RGPS/INSS), fragmentando a unidade da categoria e colocando o Regime de Próprio de Previdência Social – RPPS em risco atuarial. Se houver o enfraquecimento ou até a extinção do RPPS, que irá pagar os benefícios de aposentadorias e pensões?

4. O Cenário em 2026: O Peso do PROPAG.

Com o encerramento do RRF e a migração de todo o estoque das antigas dívidas para o novo **PROPAG** em julho de 2026, o Estado do Rio de Janeiro assumiu uma dívida consolidada com a União de aproximadamente **R\$ 213 bilhões**. Com trajetória de crescimento nos próximos 30 anos.

Apesar de o programa diminuir temporariamente o valor das parcelas mensais, proporcionando um alívio conjuntural ao Tesouro, ele estabelece exigências rigorosas:

1. **O Perigo Permanente sobre os Royalties:** Os recebíveis do petróleo continuam na mira de garantias à União, bloqueando a reconstrução de uma poupança previdenciária sólida para cobrir os rombos de Delaware e do Banco Master.
2. **Pagamento de 20% da dívida consolidada com a União.** No caso do Rio de Janeiro isso representará cerca de R\$ 42 bilhões. Dinheiro que o ERJ não tem, mas isso não será problema. O PROPAG aceitará patrimônio público do estado, receitas estaduais constitucionais, receitas de dívida ativas, securitizações etc., como forma de pagamento.

3. **O Teto de Despesas:** O travamento do crescimento do gasto primário pelo IPCA atua como barreira institucional intransponível contra recomposições salariais reais e novas contratações estruturais.

5. Conclusão: A Resposta da Classe Trabalhadora

O passado que abrange desde a Operação Delaware até o Banco Master, aliado às amarras do PROPAG, evidencia que a previdência pública estadual tem sido considerada refém da especulação e do ajuste fiscal. O movimento sindical reitera sua demanda histórica: uma auditoria independente e clara de toda a dívida pública e dos investimentos do Rioprevidência, proteção total dos royalties do petróleo, revogação imediata do confisco dos aposentados e retomada de investimentos estruturais no serviço público. Sem a classe trabalhadora no controle do fundo, o futuro dos servidores públicos permanecerá em constante risco.